

**77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – CT-Bio**

Aos dias 11 de outubro de dois mil e vinte e três, às nove horas e doze minutos, no Quality Hotel Aeroporto Vitória, localizado na Av. Adalberto Simão Nader, 605 - Mata da Praia, Vitória, teve início a **77ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CT-Bio**, instituída pela Deliberação nº 07 de 11 de julho de 2016, do Comitê Interfederativo - CIF, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400.

**1. Informações Gerais:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Aprovação da ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-Bio:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, iniciou a reunião dando boas-vindas, agradecendo à participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo, e abaixo os participantes em formato virtual, registra-se:</p> <p>Alecksey Correa (EY), Ariane Furtado De Lima (ADAI), Carlos Alberto Pires Guimaraes (ADAI), Cecilia Barreto (IBAMA), Cristiano Macedo Pereira (Fundação Renova), Damiani Paolo Gomes Rocha (ASPERQD), Fernando P. M. Repinaldo Filho (ICMBio), Gislaine Serafim de Jesus (ASPERQD), Gustavo Almada (IBAMA), Henrique Belfort Gomes (IEF), Janaina Aparecida Batista Aguiar (IEF), Jóeci Lopes Miranda (Atingida de Aracruz/ES), José Carlos Carvalho (Consultor da Fundação Renova), José Márcio Lazarini (Atingido membro de Rio Doce), Juliana Oliveira Lima (Fundação Renova), Juliana Louzada Valory (SEAMA), Junio Augusto Dos Santos Silva (IBAMA), Karina Nunes dos Santos (ICMBio), Leandro Fernandes Antonio Santos (Fundação Renova), Leandro Guimarães (IEF), Manuela Mossé Muanis (FUNBIO), Maria Regina Goncalves de Souza Soranna (CEPTA/ICMBio), Nilcemar Oliveira Bejar (IEF), Roberto Coelho Diniz Lopes de Sousa (IEF) e Thais de Assis Volpi (SEAMA).</p> <p>Posteriormente, a coordenação colocou a ata 76ª Reunião Ordinária da CT-Bio em votação.</p>
<p><b>Aprovação:</b></p>	<p><b>A ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-Bio foi aprovada sem objeção dos membros e será publicada no site do CIF/Ibama.</b></p>
<p><b>b. Informe sobre os encaminhamentos a partir da 1ª Reunião Intercâmaras sobre os possíveis impactos na Bahia:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, resgatou o tema, lembrando que há algum tempo os representantes da Bahia vêm procurando o CIF e a CT-Bio reivindicando sobre os possíveis impactos na Bahia. Relatou que ao final de 2022 o CIF deliberou que a CT-Bio tomasse frente dessas discussões e por isso, em março de 2023, foi realizada a reunião intercâmaras para discussão do tema e informou que o entendimento da CT-Bio para este caso, é que a Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade sozinha não tem condições de afirmar ou de garantir a reivindicação, pois envolve outros estudos e outras Câmaras. Relatou também que existem dados da biodiversidade que indicam impacto no território Baiano, mas que não é possível dizer, unilateralmente, que os impactos identificados justificam e são suficientes para um processo indenizatório, que é o que está colocado quando se reivindica o território atingido.</p> <p>Informou que nessa reunião os dados foram apresentados às demais Câmaras Técnicas e foram enviados para que elas se manifestassem sobre os dados, o que não ocorreu e que com isso, a CT-Bio aprovou a ata das intercâmaras e elaborou um ofício solicitando manifestação das outras CTs – o que foi reforçado pelo CIF, através do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 17/2023/CIF/GABIN – solicitando também a manifestação do IAJ para auxílio jurídico.</p> <p>O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, corroborou com o relato e informou que há uma pressão muito grande dos representantes da Bahia após a manifestação do juiz de quem indica novas áreas é o CIF, o que virá com mais força para que as Câmaras Técnicas se posicionem.</p>

**c. Informe sobre apresentação da CT-Bio no CIF de setembro:**

O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, considerou que houve uma boa participação da CT-Bio no CIF, com apresentação do documento de premissas para a continuidade do monitoramento da biodiversidade aquática dulcícola na porção capixaba e costeiro-marinha, apresentação da proposta de estruturação do Refúgio de Vida Silvestre Santa Cruz, além da extrapauta do CETRAS.

O Sr. Frederico informou que o CETRAS é uma obrigação que está prevista na Cl. 167 do TTAC, para construir dois Centros de Triagem, sendo um em MG e ES, e considerou que é uma cláusula que demonstrou não ser de fácil execução. Descreveu os problemas que existiram desde o início do processo para construção dos CETRAS e esclareceu que devido as dificuldades, o IBAMA entrou em contato com a Fundação Renova para fazer uma proposta alternativa para o Centro de Triagem para possibilitar o repasse do recurso da Renova para IBAMA, para que o próprio órgão realizasse a construção do CETRAS. Relatou que esse ponto foi apresentado no CIF como extra-pauta, sem discussão, conhecimento ou nota técnica da CT-Bio e, inclusive, sem o conhecimento da equipe de Biodiversidade da Fundação Renova. Explicou que esse ponto foi apresentado pelo presidente do IBAMA e que ele corroborou com a proposta, considerando que a cláusula estava em inércia.

A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, relatou que a equipe do IEMA recebeu essa notícia com surpresa, considerando que nem todos os técnicos estavam na reunião do CIF e que o ponto extrapauta aconteceu em horário diferente dos pontos apresentados pela CT-Bio. Registrou desapontamento com a situação, visto que os membros da CT-Bio vem acompanhando essa cláusula desde 2017, com realização de vistorias e “luta” pela cláusula, e por isso, considerou falta de respeito para com a CT-Bio, por não serem informados da extrapauta.

O Sr. Junio dos Santos Silva, representante do IBAMA, informou que há uma decisão que define que o recurso será repassado ao IBAMA e considerou que a instituição não executará a cláusula e que somente entregará o recurso a uma instituição que fará a gestão de todo o procedimento formais e legais para construção dos CETRAS.

A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, agradeceu a contextualização feita pela coordenação e considerou que por muitas vezes a Fundação Renova é questionada e penalizada com comentários de que já haviam se passado 7 anos e a Fundação não ter construído os CETRAS, mas que na realidade houve vários atrasos relacionados à indefinições de terreno e revisões do projeto, que levou à paralisação e atraso das atividades por diversas vezes. Afirmou que a Fundação Renova fez tudo o que foi solicitado pelo IBAMA e pelos estados e que houve sim em 2021 uma demora em relação a um item do cronograma que foi em relação a aprovação do orçamento – o qual a Renova também achava que tinha o valor muito alto para conclusão da cláusula. Posteriormente, recordou o processo vivido durante todo esse tempo de tentativa do atendimento a Cláusula e relatou que a preocupação da Fundação Renova era em não cumprir uma cláusula principalmente em relação ao CETRAS-MG que, estava com o projeto concluído, mas com as atividades paralisadas há quase 2 anos devido um evento totalmente alheio a vontade de qualquer membro da equipe técnica da Fundação ou do IBAMA. Reforçou que também foram pegos de surpresa com o pedido do pauta do IBAMA no CIF. Explicou que havia uma conversa com o IBAMA sobre o CETRAS/MG, pois não estava sendo encontrada outra solução e considerou a proposta feita pelo IBAMA sensata, considerando que o projeto pensado anteriormente era muito audacioso. Afirmou também que a obrigação de construção de um CETRAS em Minas e outro no Espírito Santo não deixará de existir, independente da forma de repasse do recurso.

O Sr. José Carlos de Carvalho, consultor da Fundação Renova, considerou que essa situação demonstra bem a disfuncionalidade do sistema de governança criado para a reparação. Considerou que essa será a melhor solução para a inércia criada no processo e que a coordenação do IBAMA decidiu pela melhor decisão e elogiou o arranjo institucional tomado pelo IBAMA. O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, relatou que estão todos de acordo

com a decisão tomada e sugeriu somente que haja mais cuidado com a forma e com o fluxo de decisão, inserindo a câmara técnica no processo.

A Sra. Janaina Aguiar, representante do IEF, considerou que apesar do ponto ter sido levado ao CIF, há muito tempo ele não era trazido para discussão nas reuniões da CT-Bio e reforçou a necessidade de que o fluxo seja seguido, de forma que toda documentação seja apresentada na CT-Bio antes de ser levada ao CIF.

O Sr. Frederico Martins considerou que autocrítica sobre não ter conseguido viabilizar o CETRAS tem que ser coletiva e que a questão do CETRAS exemplifica muito bem outras questões desse arranjo do processo reparatório. Considerou que houve um erro de método, quando as pessoas que sempre se esforçaram para as coisas acontecerem, ficam de fora do processo e ponderou que se mais pra frente acontecer algum problema quanto ao andamento com o CETRAS, a CT-Bio precisará ser acionada. Reforçou ainda que no papel do Sistema CIF a CT-Bio continua acompanhando a cláusula e sugeriu que na próxima reunião os atores que estão a frente dessa decisão, apresentem o andamento da cláusula.

Posteriormente, o Sr. Frederico Martins relatou que o plano de manejo para o REVIS havia sido publicado no diário da União e parabenizou toda a equipe dedicada. Relatou ainda que houve a aprovação do CIF quanto ao mecanismo financeiro para consolidação do Refúgio e da APA. O Sr. Fernando Repinaldo, representante do ICMBio, relatou que a pauta foi da estratégia aprovada anteriormente para continuidade da consolidação, o que foi um grande passo e um grande avanço e uma boa prática realmente tanto para aprender a executar como para servir de exemplo pra o próximo. Considerou que apesar desse avanço e dessa esperança, veio a preocupação com a questão do prazo da dotação orçamentária dentro da Fundação Renova ocorrer e do prazo para retorno do jurídico da Renova com as minutas de acordo de cooperação e plano de trabalho, que da parte do ICMBio já foi apresentado. Reforçou que a preocupação vem, visto que dezembro desse ano se encerra o acordo atual, o que, por exemplo, impossibilitaria manter os serviços e os investimentos iniciados pela Fundação Renova, investimentos esses que são significativos para a gestão da Unidade de Conservação. Considerou também que se esse acordo acabar e o ICMBio ficar sem nenhum amparo para execução de ações, de dezembro até quando essa dotação orçamentária estiver pronta e o acordo estiver publicado, há um grande risco de descontinuidade, em um período crítico para as Unidades, inclusive, que é o verão, por ser um período que há mais pressão e precisaria estar tudo mais encaminhado. Sugeriu à Fundação Renova em fazer um acordo de cooperação simples, com acordo que está vigente para simplesmente permitir a continuidade da execução o que seria uma ação transitória, obviamente, até que o acordo que envolve o mecanismo financeiro e a relação com o FUNBIO seja estabelecido e esteja operando.

A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, parabenizou a proposta apresentada pelo ICMBio para esse tema e relatou que desde o início das discussões de interpretação da cláusula para que fosse possível construir o projeto houve uma preocupação muito grande com o termo consolidação e que havia incerteza sobre como que isso poderia ser executado de forma sustentável e definitiva, visto que o termo “consolidação” traz esse caráter definitivo para a Unidade. Informou que muitas discussões foram feitas para trazer o conceito para dentro da cláusula e fosse possível ter um conceito específico para TTAC de forma a ser exequível. Relatou que ainda existia uma incerteza sobre como isso poderia ser realmente implementado e que a primeira fase do projeto foi uma tentativa de execução direta da Fundação Renova, com a dependência de emissão de termos de referência do ICMBio, para que se conseguisse atender às expectativas do gestor, da unidade e da instituição gestora, mas enfrentou vários problemas nesse processo que fogem do controle das pessoas que estavam envolvidas. Relatou que não foi fácil chegar nessa proposta e que por isso hoje é enfrentada a dificuldade de promover essa transição em tempo viável, porque não foi possível estruturar toda essa proposta antes do prazo se aproximar muito do final do acordo de cooperação e lembrou que a Fundação Renova tem processos institucionais, assim como qualquer outra instituição, que precisa seguir alguns ritos. Considerou ainda que o final do acordo está se aproximando e que não há como manter os acordos e os contratos que

atendem a esse acordo sem um lastro do objetivo que motivou aquele compromisso e por isso estender o prazo dos contratos de assessoria não é possível de forma direta e afirmou que está se debruçando junto com a sua equipe para tentar achar uma maneira de executar isso. Relatou ainda que conversou diretamente com o Sr. Fernando Repinaldo a fim de tentar imaginar qual que seria esse mecanismo, a proposta, talvez de um novo acordo de transição, que também segue um rito institucional e considerou que a descontinuidade é quase um fato, analisando todo o andamento e a falta de alternativas.

O Sr. Frederico Martins, considerou que são duas questões, sendo o novo acordo e a manutenção dos contratos atuais que estão ancorados no acordo atual e que no ponto de vista da estratégia, esse novo acordo de mecanismo financeiro sustentável pode dar um salto de qualidade na gestão que é importantíssimo. Relatou que a posição do ICMBio, no que se refere ao “acordo” - instrumento para fins de formalização - o investimento é no Novo Acordo e por isso não seria interessante trabalhar com um acordo de transição pois ele pode prejudicar o acordo principal. Relatou ainda que assinou um ofício a ser enviado para a Fundação Renova com o questionamento sobre os termos do acordo que está minutado e informou que no entendimento do ICMBio, a Fundação Renova consegue tanto desenvolver o fundo quanto manter os contratos atuais e que a minuta é suficiente para essas duas frentes. Considerou que, se for possível tramitar e assinar esse Novo Acordo até o dia do vencimento do primeiro, em tese, daria para manter os contratos na forma que está sendo pensado. Reforçou que a estratégia é investir no Novo Acordo que traz o fundo, mas incorporando ao texto do acordo do fundo essa possibilidade de manutenção dos contratos. Considerou ainda que, se investir nisso, seria possível tramitar em tempo rápido e conseguir assinar até dezembro, resolvendo as duas questões. Se não der tempo dessa tramitação ou se a leitura da Renova for diferente, será realmente necessário sentar e pensar alguns instrumentos para manter esses contratos. Informou também que, caso a repactuação aconteça, nos preâmbulos dela está entendido e concordado, inclusive pelas empresas, que esse mecanismo financeiro tem que ser implantado pela Fundação Renova para consolidação do Refúgio Santa Cruz e da APA Costa das Algas. A Sra. Laila Medeiros agradeceu e considerou que a essa é uma estratégia mais assertiva do que tramitar um instrumento paralelo que traria mais complexidade para análise e informou que vai internalizar esta proposta recebida e trará uma resposta para a CT-Bio.

Por fim, o Sr. Frederico apresentou o último item de pauta discutido no CIF a respeito das premissas para continuidade do monitoramento da biodiversidade aquática seja implementado como uma nova etapa, que o escopo detalhado deve ser proposto pela Fundação Renova até o fim de outubro, com garantia da continuidade nos moldes atuais até que o novo monitoramento seja implementado. O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, informou que essas premissas foram previamente discutidas com a Fundação Renova e suas mantenedoras, por conta de uma ação judicial que definia a necessidade de contratação de um perito para análise da eficácia desse monitoramento e que houve unanimidade de que isso seria desnecessário no atual momento e questionou como está a condução para esse novo monitoramento. A Sra. Laila Medeiros informou que a Fundação Renova conduziu a elaboração de uma nova proposta de monitoramento baseado nas premissas acordadas e que a expectativa é que a entrega seja feita na próxima semana e sugeriu algumas datas para reuniões de discussão desse modelo. Informou que as premissas que foram acordadas depende de alcançar um consenso sobre o processo, inclusive o processo de transição, e reconhece que todos os envolvidos estão motivados e comprometidos com esse processo. Relatou ainda que a Fundação Renova está satisfeita com a proposta que ela conseguiu construir, baseada no monitoramento atual e atendendo todas aquelas premissas que foram colocadas e que por esse motivo está confiante que será possível concluir o prazo de novembro e a partir disso, já iniciar um processo de contratação para esse novo formato atendendo essa premissa. Lembrou que outra premissa que faz parte do processo é dar continuidade ao monitoramento até que novo formato seja implementado e afirmou que isso

tudo é de ciência, protocolado em âmbito judicial e será atendido, com esforço com todas as frentes necessárias.

O Sr. Frederico considerou que o compromisso da CT-Bio em ser rápido na análise está assumido, mas que não é possível afirmar que concordará com a proposta a ser apresentada e relatou que se espera poder aprovar essa proposta o quanto antes, caso haja concordância. O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, sugeriu que a Fundação Renova elabore um cronograma com as principais datas para que seja possível enxergar os “tempos e movimentos” dessa transição. O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, relatou que considerando a experiência atual e os prazos internos da Fundação Renova, todo o processo levaria em média 6 meses e lembrou que o acordo feito é que o período chuvoso seja monitorado com tempo de fazer as análises e emitir relatório e questionou se isso está sendo tratado nesses arranjos.

Em resposta, a Sra. Laila informou que o cronograma não faz parte do escopo montado para o novo monitoramento, mas que faz parte da etapa da conciliação e que é possível montar esse cronograma para uma discussão. Relatou que hoje, há a expectativa de começar um processo concorrencial no início de dezembro, para contratação e início da mobilização em junho e informou que a FEST está executando as atividades e pretende emitir o último relatório no quinto ano. Relatou ainda que a Fundação está tentando promover uma etapa de transição, na tentativa de contemplar coletas nesse intermeio de tempo, que seria de período chuvoso e que poderia ser pensado uma forma de realizar essas coletas para não perder essas atividades, visto que esses dados não vão ser acrescentados ao relatório do quinto ano, pois são além do relatório do quinto ano, mas que deve-se promover a análise das amostras, que na sua grande maioria tem prazo de preservação e esses dados virão no próximo relatório, já no período de monitoramento com novo formato. Afirmou que essa proposta é dada considerando que se a FEST for incluir os dados desse período, ela não conseguirá entregar o relatório do quinto ano no prazo acordado.

O Sr. Frederico considerou que a ideia é boa, visto que há a possibilidade da própria FEST, de alguma forma, continuar fazendo esse contrato pois com certeza ela irá se candidatar e que se ela for executar, não haveria problema nenhum pois seria um processo de continuidade e se for uma outra instituição de pesquisa a frente do monitoramento, que precisará analisar os dados já coletados, essa questão será problematizada mais pra frente, mas as coletas estarão, pelo menos, garantidas. Reforçou a importância de garantir dentro desse monitoramento em vigor, as coletas dessa campanha e a entrega do quinto relatório com os dados mais atuais que tiverem. A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, concordou e relatou receio com um relatório com os resultados de dados executados por outra instituição, visto que aconteceram problemas como este anteriormente. Sobre o cronograma, relatou que a preocupação se dá em relação aos vários estudos que serão finalizados em outubro e por isso eles ficariam parados até o início da próxima execução. O Sr. João Carlos Thomé informou que não está vendo com bons olhos essa proposta de transição e afirmou que isso não foi o acordado. O Sr. Frederico afirmou que a premissa não é de uma nova metodologia e sim de continuidade nos métodos e não de inovação dos métodos. Informou que a intenção é dar continuidade no monitoramento e que não tem expectativa de um novo grupo a ser estudado ou em trocar unidade amostral. Afirmou que a premissa é de continuidade das coletas e das séries histórica, obtendo um monitoramento de longo prazo sem ruptura no método e que o importante é que o estudo seja ininterrupto e deu exemplos de como a frequência se manterá.

Após questionamento sobre alguma desmobilização do monitoramento e sobre ausência de análises na próxima estação chuvosa, a Sra. Laila solicitou que se faça essa separação dos temas, discutindo o escopo do monitoramento como uma etapa e em paralelo, discutir esse processo de transição. Informou que está havendo um planejamento da desmobilização conforme acordo firmado com a FEST e explicou que a FEST trabalha com um cronograma de desmobilização das atividades que vão se encerrando e ao mesmo tempo já se iniciou uma discussão para planejamento de uma proposta de postergação de prazo de encerramento. Explicou ainda que só pode aprovar a alteração desse formato, depois que tiver uma proposta

	<p>para isso e validá-la internamente na Fundação Renova, o que já foi feito diversas vezes no passado e lembrou que a CT-Bio é prova disso, na tentativa de rescisão do ACT atual, nos momentos de aditivos promovidos e que sempre é feito um planejamento e replanejamento. Informou então que é fato que as pessoas que trabalham hoje no projeto devem ter recebido um aviso prévio e que infelizmente é um processo que ainda não foi possível de evitar, mas que tudo está sendo trabalho para diminuir todo esse transtorno. Posteriormente, apresentou detalhes do cronograma e informou que estão buscando alternativas de não interrupção do monitoramento.</p> <p>Após questionamento sobre a continuidade de monitoramento reprodutivo das tartarugas, a Sra. Laila informou que este escopo está incluído na proposta de novo monitoramento, e que esse escopo está em negociação com a Fundação Projeto TAMAR, em estágio avançado de discussão para assinatura do acordo. O Sr. Frederico sugeriu que na próxima reunião da CT-Bio será apresentado o cronograma da transição do PMBA e proposta metodológica.</p>
<b>Encaminhamento 77.1:</b>	<b>Na próxima reunião da CT-Bio será trazida a cláusula 167 com andamento do que foi feito a partir da deliberação nº 722.</b>
<b>Encaminhamento 77.2:</b>	<b>Na próxima reunião da CT-Bio será apresentado o cronograma da transição do PMBA e proposta metodológica.</b>
<b>d. Apresentação de proposta do fluxo orientador para tomadas de decisão no sistema:</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, informou que às vezes algumas decisões são tomadas <i>ad referendum</i> e em algumas situações é necessário tomar uma decisão muito rápida e que com isso, foi identificada uma carência e uma necessidade de ter um fluxo mais claro para tomada de decisão. O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, iniciou informando que a intenção da criação do fluxo é orientadora e não de engessar as ações da CT-Bio. Posteriormente, apresentou detalhes do fluxo e ao final reforçou a necessidade de que o fluxo passe por teste para que qualquer problema identificado seja alterado. O fluxo foi aprovado pelos membros, com o compromisso de que todos continuarão fazendo testes.
<b>e. Apresentação do cronograma das próximas reuniões do GAT:</b>	A Sra. Letícia de Moraes, representante da Fundação Renova, apresentou detalhes do cronograma para o GAT-PABA e para o GAT-PABT. A apresentação está disponível na íntegra pra eventuais interessados. O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, lembrou que o Sr. Leandro Carmo, representante do IEF, trouxe para a CT-Bio a necessidade de discutir com o GAT a possibilidade de inclusão de uma Unidade de Conservação do Rio Santo Antônio, no entanto o tema não foi discutido na reunião permanecendo em aberto. No entanto, o tema não foi discutido na reunião permanecendo em aberto.

## 2. Cláusula 165:

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Repasse do acompanhamento de campo das atividades do PMBA em Linhares/ES:</b>	O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, apresentou detalhes do relatório de acompanhamento de campo das atividades do PMBA em Linhares. A apresentação está disponível na íntegra pra eventuais interessados. Relatou que algumas situações identificadas geraram dúvidas que serão descritas no relatório e enviadas aos pesquisadores para esclarecimentos. O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, considerou que esse procedimento de vistorias regulares é muito importante e que traz muitas melhorias para o processo. O Sr. Eduardo relatou a data das próximas vistorias que acontecerão no mês de outubro.
<b>b. Apresentação da Nota Técnica sobre o descumprimento da</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, apresentou breve histórico lembrando que o relatório da perícia AECOM indicou a presença do metilmercúrio com onexo-causal com o rompimento da barragem de Fundão na região costeira-marinha e que a partir dessa constatação a CT-Bio entendeu que seria

**Deliberação CIF n°  
666/2023 referente a  
análise de metilmercúrio  
no PMBA mineiro:**

necessário que esse elemento seja incorporado ao monitoramento em toda sua dimensão. Informou que a partir disso, a CT-Bio fez uma Nota Técnica n° 04/2023 CTBio/DIBIO/ICMBio com Deliberação CIF n° 666/2023 para que a Fundação incorporasse esse elemento, entretanto foi atendido somente no que se refere a porção costeira-marinha e porção dulcícola capixaba e não conseguiu incorporar o elemento ao PMBA mineiro. Informou ainda que uma das argumentações principais é que os anexos e as pesquisas da FAPEMIG tem escopo muito determinados sem espaço para esse aditivo, e outra é que não haveria outros estudos associados que justificaria a coleta do metilmercúrio para ser relacionado com outra análise e/ou elemento. Relatou ainda que a Fundação Renova vem sustentando essa argumentação, apontando a não necessidade ou a falta de justificativa técnica que sustentasse essa necessidade e que a CT-Bio, por sua vez, não se convenceu da argumentação e por isso insiste na realização do estudo na porção mineira e que, devido ao dissenso, a CT-Bio definiu por levar essa questão ao CIF com uma Nota Técnica n° 10/2023 CTBio/DIBIO/ICMBio, que indica o descumprimento da deliberação e solicita notificação do CIF.

A Sra. Janaina Aguiar, representante do IEF, lembrou que foram feitas reuniões com a FAPEMIG onde os pesquisadores/professores de alguns projetos se dispuseram em auxiliar na incorporação dos estudos e relatou que na atual NT é proposto a contratação de uma nova instituição ou a inclusão dentro dos estudos da FAPEMIG ou até a complementação em algum estudo realizado no Espírito Santo.

A Sra. Leandro Guimarães, representante do IEF, considerou que existe uma divergência persistente entre a interpretação que a Fundação Renova dá para as Deliberações do CIF que lidam com o tema e afirmou que a CT-Bio entende que a contratação do metilmercúrio deve abranger a porção de Minas Gerais e Espírito Santo e que esse é a real intenção do item 6 da deliberação e que não existe qualquer restrição a novas contratações para executar esse objetivo. Relatou que a atual NT vem notificando o descumprimento e reiterando a necessidade do estudo e também clarificando a interpretação do poder público sobre as deliberações, a qual foi respondida pela Fundação Renova reforçando suas ponderações anteriores. Considerou que essa questão está esgotada e que deve ser somente levada ao CIF para assegurar a análise do metilmercúrio e lembrou que a Fundação Renova sugeriu realizar, inicialmente, a análise nos pontos da FEST já presentes em MG, mas considerou que há elementos e condições de fazer a expansão toda de uma vez.

O Sr. Frederico Martins questionou se a proposta de seguir com análise do metilmercúrio nos 3 pontos da FEST já presentes em MG não atenderia. Em resposta, o Sr. Leandro refletiu se os 3 pontos não apresentarem presença do metilmercúrio seria possível concluir que não há necessidade de implantar um estudo com uma rede mais extensa em MG e considerou que seria um problema de insuficiência amostral.

A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, relatou que a Fundação Renova fez um ofício em resposta a manifestação da CT-Bio que é pauta do próximo do CIF e informou que nele é reiterado o posicionamento de que os resultados para Minas Gerais não apresentam essa preocupação para o elemento mercúrio e que o próprio relatório da perícia, não recomenda um programa de monitoramento, sendo em sua opinião, essa uma interpretação equivocada da Câmara técnica e relatou que os argumentos apresentados estão um pouco falhos para o território mineiro. Reforçou que a sugestão é que se acompanhe os resultados que virão desses 3 pontos de monitoramento e explicou que existe o PMQQS que já monitora a muito mais tempo a condição do Mercúrio total e explicou que o metilmercúrio é uma fração desse mercúrio total e que a presença dele não é um motivo de preocupação. Considerou que quando se fala que metilmercúrio é algo extremamente prejudicial, há um erro, visto que a presença dele precisa ser relacionada a diversos fatores importantes e esclareceu que esse é o questionamento da Fundação Renova que pede que a CT-Bio tenha um pouco mais de critério na hora de realizar a avaliação. Questionou se vale a pena realmente esse tema ser levado para uma discussão exaustiva no CIF sendo que o próprio relatório da perícia não indica a necessidade de monitoramento.

	<p>Após questionamento sobre a data de entrega dos primeiros resultados, a Sra. Laila informou que tem uma campanha seca coletada que aguarda a conclusão de metal total, para indicar as amostras que teriam possibilidade de análise e em paralelo, o processo concorrencial para contratação de laboratório foi iniciado, contemplado essa malha apontada pelo plano de trabalho e explicou que é possível incluir mais amostras, caso isso apareça de alguma colaboração de outros pesquisadores. Informou ainda que o cronograma de contratação foi colocado no plano de trabalho e assim que esse processo for concluído, as amostras serão encaminhadas para análise.</p> <p>O Sr. Frederico ponderou quantos pontos trariam uma suficiência amostral a fim de que os membros envolvidos no tema refletissem sobre o que está sendo pedido. O Sr. José Carlos de Carvalho, consultor da Fundação Renova, considerou que por questões políticas o “rio foi dividido em 2, rio capixaba e rio mineiro” e que a consequência está se observando agora nesse processo de monitoramento que deveria ser único em todo o rio.</p> <p>A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, relatou que o IEMA está de acordo com a decisão que foi tomada pelo IEF e demonstrou preocupação quando é considerado que os 3 pontos em Minas Gerais representariam a bacia ou o estado de Minas Gerais, visto que esses pontos estão muito próximos ao estado do Espírito Santo. Sugeriu que o ponto seja realmente levado ao CIF para discussão.</p> <p>A Sra. Laila reforçou que a proposta da Fundação Renova de olhar para os resultados que virão dos 13 pontos da bacia seria para tentar esclarecer as dúvidas levantadas pela Câmara Técnica sobre o risco desse elemento no ambiente dulcícola e ponderou que está sendo desconsiderado todo o histórico de dados presentes, tanto nos monitoramentos hídricos, sedimentológicos e próprio monitoramento do PMBA que acontece na porção capixaba com um histórico maior. Lamentou a decisão e informou que os trabalhos para os 13 pontos continuarão.</p> <p>O Sr. Frederico considerou que do ponto de vista da CT-Bio já havia um monitoramento da Câmara Técnica, o qual indicava a presença de outros impactos e que quando se abriu uma divergência, é em relação aos dados, inclusive, os do monitoramento da CT-Bio, alegando que não eram adequados para demonstrar impactos, se convocou a perícia. Explicou que a perícia vem com uma demanda judicial e com a intenção de tentar dirimir uma divergência que estava aberta em relação aos resultados dos estudos. Considerou normal o pedido de inclusão da análise de metilmercúrio e informou que a discussão seguirá para o CIF. Posteriormente, colocou a Nota Técnica sobre o descumprimento da Deliberação CIF nº 666/2023 referente a análise de metilmercúrio no PMBA mineiro em aprovação.</p> <p>A Sra. Laila ponderou que quando a proposta foi feita em utilizar esses 13 pontos do território dulcícola para fazer uma investigação a respeito da condição desses elementos no ambiente foi justamente na construção de uma hipótese de que é um elemento conservativo, que estaria acumulando metalina região baixa da bacia, de sedimento mais fino. Informou que é isso que acontece no escoamento da bacia e que para essa região do Baixo Doce não é surpresa que ela apresente uma maior concentração de elementos, comparado com a região do alto Baixo Doce e que a região estuarina e marinha também tem esse papel pelo sedimento mais fino e todo o histórico de deposição da bacia, estaria sendo concentrado nessa região e por isso esses 13 pontos seriam capazes de trazer uma condição representativa do risco para esse elemento conservativo e que se isso for verificado na região, com essa investigação, a malha de amostragem justificaria ser ampliada, porém, reforçou que todo o histórico de dados do Mercúrio total dão uma luz do que acontece e reforça a hipótese de que se houver uma deposição e um risco aumentado, é nessa região que deverá ser investigado.</p> <p>Finalizando, o Sr. Frederico proferiu leitura da minuta de deliberação sobre o tema.</p>
<p><b>Encaminhamento 77.3:</b></p>	<p><b>A Nota Técnica sobre o descumprimento da Deliberação CIF nº 666/2023 referente a análise de metilmercúrio no PMBA mineiro foi aprovada <i>ad referendum</i>.</b></p>
<p><b>c. Informe sobre a apresentação da linha 2 da FAPEMIG:</b></p>	<p>Houve breve alinhamento com a definição de que o ponto de pauta será colocado na pauta da próxima reunião que acontecerá em Minas Gerais. Sem objeção dos membros.</p>



**3. Cláusula 182:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Informe sobre a criação da APA da Foz do Rio Doce/Consulta livre e informada para a comunidade de Degredo</b>	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, relatou que durante o processo de consulta pública para criação da APA da Foz do Rio Doce, o representante da comunidade de Degredo reivindicou a realização de uma consulta no território e questionou se a comunidade está ciente da consulta que será no dia 28 de outubro. O Sr. Damiani Paolo, representante da ASPERQD, afirmou que a comunidade está ciente e que tudo que era necessário para realização da consulta pública está alinhado. O Sr. Frederico informou que a intenção é fazer todo o custeio pelo ICMBio e questionou aos membros, que caso haja algum impeditivo com o ICMBio seria possível utilizar os recursos da CT-Bio para realização. Houve concordância dos membros quanto ao encaminhamento.
<b>b. Apresentação da FUNBIO a fim de esclarecer as dúvidas sobre o fundo:</b>	A Sra. Manuela Mossé Muanis, representante do FUNBIO, relatou sobre o seu trabalho realizado no FUNBIO e explicou brevemente como funciona o fundo. Posteriormente, fez alguns esclarecimentos às dúvidas apresentadas pelos membros. A gravação está disponível na íntegra para consulta eventuais interessados.

**4. Cláusula 181:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Apresentação da NT relativa ao "Plano de Ação Parque Estadual do Rio Doce Estratégias de reparação dos impactos do rompimento da Barragem de Fundão":</b>	A Sra. Nilcemar Bejar, representante do IEF, recordou o histórico de discussões em relação a Nota Técnica de análise do documento "Plano de Ação Parque Estadual do Rio Doce Estratégias de reparação dos impactos do rompimento da Barragem de Fundão/ Fundação Renova, 2022". O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, apresentou os pontos importantes identificados durante a leitura da NT e todos os pontos foram discutidos e acordados durante o ponto de pauta. A gravação e a Nota Técnica final estão disponíveis na íntegra para consulta eventuais interessados. Posteriormente, O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, colocou a NT em aprovação.
<b>Aprovação:</b>	<b>A Nota Técnica de análise do documento do Plano de Ação Parque Estadual do Rio Doce Estratégias de reparação dos impactos do rompimento da Barragem de Fundão/ Fundação Renova, 2022 foi aprovada sem objeção dos membros e será levada ao próximo CIB.</b>
<b>b. Definição de uma estratégia e pendências para andamento célere da Cl. 181:</b>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, fez breve relato do histórico relacionado a cláusula e informou que durante o processo a Fundação Renova fez uma divisão de grupos de Unidades de Conservação e que cada um deles tinham um relatório de avaliação de impactos e planos de ação e que a partir disso, houve a discussão de um plano de ação integrado para que não fossem emitidos 53 planos de ações diferentes.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, agradeceu a oportunidade de apresentar o cronograma e a possibilidade de fazer alguns ajustes diante de algumas entregas das avaliações. Lembrou que o objetivo comum é realizar a reparação, mas que o processo de avaliação encontra-se em um empasse que precisa ser discutido.</p> <p>O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, apresentou detalhes do cronograma definido por grupo de Unidades de Conservação. O Sr. Frederico Martins informou que a preocupação dele é com a entrega dos relatórios de impactos e sugeriu que, dentro do contexto atual, a CT-Bio pare de receber os relatórios preliminares indo direto para o relatório final e que seja pauta na próxima reunião, as pendências por parte da CT-Bio em relação aos grupos 6 e 1. Sugeriu então que a Fundação Renova encaminhe para a CT-Bio tudo que tem de acúmulo dos estudos para análise de impacto e fechar os relatórios e</p>

	<p>posteriormente a CT-Bio faria análise. Houve debate para alinhamento dessa proposta entre os membros.</p> <p>O Sr. Frederico reforçou que a proposta é ter apenas o relatório final e a CT-Bio, no processo de análise, incluiria a consulta devolutiva as Unidades para compor a posição frente ao relatório. A proposta foi aprovada pelos membros presentes e pela Fundação Renova, com a definição que os estudos de análise de impacto, que serão as versões finais, venham com os questionários. O Sr. Leandro informou que será necessário a atualização do cronograma apresentado anteriormente, considerando os novos pedidos da CT-Bio. O Sr. Frederico colocou o encaminhamento em aprovação. Encaminhamento aprovado sem objeção dos membros.</p> <p>Em relação aos planos de ação, o Sr. Frederico citou que hoje todo relatório vem acompanhado de um plano de ação e que seria importante se pensar em uma grande estruturação para as Unidades e que pode possibilitar superar etapas, criando atalhos.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, considerou a proposta superpositiva e que desde que se iniciou o desenho da estrutura do programa, se busca uma estratégia para atender e de forma sustentável o que é necessário para essas unidades de conservação. Considerou ainda que é preciso colocar a ressalva de que essa proposta realmente altera a expectativa que foi construída por um programa no início e que por isso, será necessário pensar em uma revisão de definição de programa e revisão de indicadores, visto que eles estavam atrelados a quantidade de ações planejadas e executadas, o que não é uma barreira. Relatou que a Fundação Renova sempre se preocupou com o tamanho que esses planos de ação foram tomando e, principalmente a expectativa que se construiu em cima deles, reforçando a dificuldade de atrelar onexo causal, às expectativas que estavam sendo postas durante as oficinas. Reforçou que essa questão será um exercício a ser feito durante as discussões visto que isso altera a natureza das ações e considerou importante que as unidades recebam apoio e tenham seus objetivos de criação resguardados.</p> <p>A Fundação Renova e o IEF consideraram que a estratégia atenderia as expectativas, reforçando a importância de levar em consideração o que está sendo feito no Plano de Ação Integrado (PAI) e em outras frentes. Ao final, ficou definido que a Fundação Renova enviará à CT-Bio uma proposta de estratégia de como executar essas ações para as Unidades de Conservação.</p> <p>Posteriormente, houve amplo debate para alinhamento das datas dos eventos para outubro e novembro. Houve também definição de equipe para análise do Relatório de Planejamento Anual - Exercício 2024, que deverá ser feita até 20 de outubro.</p>
<p><b>Encaminhamento 77.4:</b></p>	<p><b>A entrega dos relatórios de avaliação de impacto nos grupos das Unidades terão sua versão preliminar suprimida, para que a Fundação Renova apresente as versões finais dos relatórios, sendo que a consulta às Unidades será responsabilidade da CT-Bio fazer no momento de elaborar o seu posicionamento frente aos relatórios.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 77.5:</b></p>	<p><b>A Fundação Renova enviará à CT-Bio uma proposta de estratégia de como executar essas ações para as Unidades de Conservação.</b></p>

















Às 17 horas e 52 minutos do dia 11 de outubro de 2023, o Sr. Frederico Drumond Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

Data: 11 de outubro de 2023

Horário: 9h

Local: Quality Hotel Aeroporto Vitória - Av. Adalberto Simão Nader, 605 - Mata da Praia, Vitória.

Lista de Presença de membros e convidados - 77ª Reunião Ordinária da Câmara de Conservação da Biodiversidade - CT

Nº DE ORDEM	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL DE CONTATO	
1	Paula D. Araújo Gomes	PMU Senam	27-9974162144	Paula.Saraei@habitaes.gov.br	
2	Aurora P. L. Juduinos	F. Renova	31 98413-7244	aurora.juduinos@fundacaorenova.org	
3	Andruva Gatti	F. Renova	31 3113-0142	andruva.gatti@fundacaorenova.org	
4	Eliza Costa Mendes	Fund. Renova	31 91134180	eliza.mendes@fundacaorenova.org	
5	LETÍCIA DE MORAIS	F. RENOVA	(35) 98324-0269	<del>leticia.moraes@fundacaorenova.org</del> leticia.moraes@fundacaorenova.org	
6	JORDO CARLOS THOMÉ	ICM Bio	24-998711508	jord.thome@icmbio.gov.br	
7	Caroline Sassi Reivi	ICM A	22-981680158	caroline.reivi@icmbio.gov.br	
8	Laíssa N. Simões Bueno	ICM A	22-36368523	laissa.simoes@icmbio.gov.br	
9	Helena Ferezi Soares Filha	ICM A	22-36362523	helenes.donad@icmbio.gov.br	
10	Sergiana de Souza Silva	ICM A	27-99859-3073	sergiana.silva@icmbio.gov.br	
11	Thaiana Maria Rodrigues	Fund. Renova	31 99025 0411	thaiana@fundacaorenova.org	
12	Kleudson Alan Ramos	Agro-ES	28-99944 2781	kleudson.ramos@agro-es.gov.br	
13	Juliano Barbato	ICM A	21-3636 2523	juliano.barbato@icmbio.gov.br	
14	País R. Martins	ICM A	31 99918-3768	paes.r@icmbio.gov.br	
15	Claudia Fawcett Jacurinde	Flacso	21-99234 0240	claudia.fawcett@flacso.org.br	
16	Fabrizio D. Metz	ICM A	—	—	
17					